

---

**ENFRENTAMENTOS DOS (AS)**

---

**JOVENS DO VESTIBULAR SOCIAL**

---

**DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE**

---

**CATÓLICA DE GOIÁS: ESTRATÉGIAS**

---

**DE ACESSO E PERMANÊNCIA\***

---

DOI 10.18224/frag.v29i3.7825

GILZA CARLA TEMOTEO MELO\*\*  
CLAUDIA VALENTE CAVALCANTE\*\*\*

*Resumo: este artigo, resultado de uma pesquisa de mestrado em Educação, tem como objetivo discutir os processos de permanência de jovens beneficiários do Programa Vestibular Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que foi implementado em 2010 para diminuir a evasão dos cursos de licenciatura e possibilitar a inserção de jovens de camadas populares no ensino superior. Baseada na Teoria e Método Praxiológico de Bourdieu (2007), utilizou-se como procedimento metodológico pesquisa bibliográfica, documental e de campo com a análise da trajetória de vida de 8 jovens das oito escolas da PUC Goiás, por meio de entrevista aprofundada. O objetivo foi compreender como os jovens constroem estratégias de acesso e permanência no curso e na instituição. Como resultado, as principais dificuldades de permanecerem no curso foram a financeira, de aprendizagem e conciliação trabalho e estudo.*

Palavras-chave: *Educação Superior. Jovens. Vestibular Social. PUC Goiás.*

**A** inserção de jovens provenientes de camadas populares, a disparidade das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, as políticas e os programas de inclusão em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas inserem-se como temas de discussão nesse artigo. Nesse contexto, o Programa Vestibular Social da PUC Goiás é tido como um programa de inclusão para jovens de camadas populares.

A Educação Superior brasileira é marcada por uma história com marcas de desigualdades de acesso e de permanência de estudantes oriundos de classes não domi-

---

\* Recebido em: 30.10.2019. Aprovado em: 01.12.2019.

\*\* Mestre em Educação. Especialista em Análise e Diagnóstico Organizacional. Graduada em Administração, *E-mail: gcm0510@gmail.com.*

\*\*\* Doutora e Mestre em Educação pela PUC Goiás. Licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC Goiás e Bacharel em Comunicação Social pela UFG. Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. *E-mail: cavalcante.70@hotmail.com.*

nantes. Outra característica é a sua diversificação nos modos de oferta para atender as diferentes classes e frações de classe, o que acarreta a própria reprodução social. Em um movimento para reduzir essas desigualdades, mas ao mesmo tempo atender as políticas educacionais pautadas em orientações das organizações internacionais, elabora-se uma série de medidas, de políticas e programas de ‘democratização’ do acesso com vistas a aumentar o percentual de jovens neste nível de ensino, como previsto nos Planos Nacionais de Educação (PNE).

Das políticas previstas no PNE 2001- 2011, ratificada no PNE 2014 e 2024 sobre a educação superior, destaca-se a meta 12 que estabelece: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (BRASIL, 2001; 2014). O Financiamento Estudantil (FIES, 1999), o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2003) e as Políticas de Ações Afirmativas (2003), que, originalmente, foi uma conquista dos movimentos sociais, foram algumas das políticas para garantir a expansão e a democratização do acesso e permanência de jovens de camadas populares.

Essas políticas fazem parte de um movimento mais amplo e global de reconfiguração da capital humano, e que desde a década de 1990, o Brasil vem incorporando os processos de consolidação de políticas neoliberais na educação. Nesse movimento, o campo da Educação Superior começa a ser redesenhado, com a criação de instituições, cursos, turnos, modalidades curriculares que ocasionaram o aumento de ingressantes neste nível de escolarização assim como o aumento no número de IES, sobretudo, as privadas. Ressalta-se que a Reforma de 1968, no campo da educação superior, também privilegiou a expansão de instituições do setor privado.

Em nível estadual, o governo do Estado de Goiás, assim como outros, também instituiu políticas para o ensino superior como o Programa Bolsa Universitária (1999), vinculado à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), que concede bolsas de até R\$ 250,00 destinadas à estudantes de camadas populares matriculados em IES privadas no estado. O programa atende cerca de 10 mil estudantes por semestre.

Além das políticas de inclusão apresentadas, as instituições de Ensino Superior privadas passam a implantar programas de bolsas e financiamentos próprios, no intuito de diminuir a evasão dos estudantes nos cursos de pouca demanda. Nesse movimento, instituiu-se na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, uma das instituições pioneiras do centro-oeste, cria o Programa Vestibular Social (2010), com objetivo inicial de diminuir a evasão nos cursos de licenciatura, bem como de inserir jovens de camadas populares. Mas o programa foi ampliado para 26 outros cursos.

Entende-se que os programas e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior são importantes e necessários para garantir a ampliação das oportunidades educativas para grupos social e étnico racial em desvantagem. No entanto, e ao mesmo tempo, as políticas e os programas de acesso não garantem a permanência, visto que a evasão ainda é um problema. Muitos enfrentam obstáculos que dificultam a sua permanência, dentre eles inadequação pedagógica às necessidades desses jovens, que por sua vez, em grande parte possui baixo capital cultural e econômico frente às demandas do curso e falta de políticas públicas e institucionais de permanência.

Frente ao exposto, este artigo pretende, desse modo, problematizar os desafios que as políticas de inclusão no ensino superior colocam às IES e apresentar os resultados de uma pesquisa com os jovens do Programa Vestibular Social da PUC Goiás cujos nomes são fictí-

cios<sup>1</sup>. O texto está estruturado em três partes. A primeira apresenta uma discussão as políticas e programas para inserção de jovens no ensino superior; a segunda apresenta o Programa Vestibular Social da PUC Goiás e, por fim, apresenta os relatos de 8 jovens dos cursos com maior número de bolsista do programa nas oito escolas da instituição.

## JOVENS NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Neste estudo, compreende-se juventude como uma categoria social e culturalmente construída que em distintos tempos da história adquire um sentido que perpassa as representações sociais atreladas à condição de classe, de gênero, de cor e da relação dela com o mundo adulto e da criança.

Sobre os jovens, entende-se como sujeitos sócio históricos e culturais, que na perspectiva de Bourdieu (2010), são agentes cujas posições que ocupam no espaço social são determinadas pela posse de distintos capitais, que orientam suas práticas sociais e expressam suas interpretações do mundo vivido. A posição que os agentes sociais ou grupos de agentes ocupam no espaço social, entendido como espaço de relações construído com base em princípios de diferenciação ou distribuição, é relativa ao volume e estrutura de diversos capitais que o agente possui (CAVALCANTE; BALDINO, 2014).

País observa que além de diferenças entre “seus modos de pensar e de agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas suas representações e identidades sociais” (PAIS, 1990, p.140-141), o que ele denomina de “paradoxos da juventude”. Apesar da existência de uma unidade na diversidade, pois trata-se de um grupo parametrizado por uma faixa etária, as juventudes variam de contextos, tempos e sociedades. E seus percursos, longe de serem homogêneos, caracterizam-se pela inconstância e incertezas, pois eles “não conseguem reunir condições de independência econômica estável” (PAIS, 1990, p. 374). É um momento crucial para a definição dos rumos das trajetórias na medida em que se estabelecem as bases segundo as quais eles vão, aos poucos, ingressando na vida adulta. A passagem para a vida adulta apresenta desafios e depende das condições materiais que variam conforme as classes.

Para assegurar que as condições sociais de jovens de camadas populares não sejam determinantes em seus destinos e escolhas, o Estatuto da Juventude, lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Neste documento são considerados jovens dentro da faixa etária entre 15 e 29 anos e são resguardados direitos sociais, tais como educação, participação políticas, saúde, lazer, entre outros.

Em se tratando da educação, os jovens, sobretudo os de camadas populares, permanecem em situação de desvantagem quando alcançam níveis mais elevados de escolarização e o ensino médio continua sendo um problema, apesar do PNE (2014) ter previsto na meta 3 “matricular todos os jovens de 15 a 17 anos na escola até 2016, no entanto, o Censo Escolar apresenta dados que confirmam a não universalidade, ao contrário, uma tendência de queda nos últimos anos:

O total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto a redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 8,3% de 2014 a 2018), quanto a melhoria no fluxo no ensino médio

(a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,0 p.p.de 2013a2017). Nos últimos cinco anos o número total de matrículas do ensino médio reduziu 7,1% (BRASIL, 2019, p. 3).

Esse processo lento e brando de exclusão que Bourdieu atribui ao sistema de ensino é resultado de políticas que preconizam o acesso, mas não garantem políticas efetivas de permanência do jovem na escola, seja em qualquer etapa do ensino. E na educação superior, os jovens ainda são sub-representados, atualmente dos 6.529.681 de estudantes matriculados no ensino superior, 4.264.647 são jovens de 18 a 24 anos no Brasil, apenas 13% da população jovem está no ensino superior, uma porcentagem muito abaixo do esperado para as políticas educacionais para a juventude, na ordem de 33% segundo o atual PNE (BRASIL, 2014). A baixa estatística reflete a condição do jovem brasileiro que não consegue dar prosseguimento aos seus estudos e um processo seletivo para acesso à universidade pública altamente competitivo/ excludentes. O desempenho do Brasil está abaixo da média dos pontos percentuais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que é de 40% (OCDE, 2018).

Outro fator de desigualdade presente no acesso ao ensino superior refere-se às desigualdades regionais que são mais evidentes em regiões com menor desempenho econômico. Enquanto no Distrito Federal 33% dos jovens chegam à universidade, no Maranhão estado que tem o menor Produto Interno Bruto (PIB), esse número chega apenas a 8% de jovens com acesso ao ensino superior. O desempenho ainda abaixo dos pontos percentuais abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que é de 40% (OCDE, 2018).

Ainda que as políticas não tenham alcançado suas metas, como previstas, e sob forte risco dessas políticas serem extintas pelo atual governo, ou de sofrerem cortes e contingenciamentos, elas são fundamentais para possibilitar o prolongamento das expectativas dos jovens em relação à diplomação e inserção no mundo do trabalho.

As atuais políticas de democratização da educação superior para jovens não conseguiram, todavia, romper com a desigualdades sociais e escolares. Ao analisar o impacto dessas políticas no conjunto estatístico neste nível de ensino reprodução social e racial apresenta-se de forma pontual. A ampliação e a diversificação da oferta, a flexibilização do acesso no ensino superior apenas cobrem o caráter perverso da meritocracia e o dom, que ainda estão presente nos processos seletivos garantindo as vagas aos herdeiros, posto que as desigualdades sociais e escolares tanto no ponto de partida quanto de chegada desses jovens nas universidades, são desconsiderados nesse processo (CAVALCANTE, 2015, p. 25).

Se por um lado, as políticas focam no acesso, há, também, uma preocupação em relação à permanência na universidade. Severino (2016, p. 124) enfatiza que “a democratização do acesso e da permanência nas IES tem sido aspiração de largas camadas da sociedade”. Visto que grande parte da evasão no ensino superior atinge 18,5% do total das matrículas em IES públicas e de 30,1% nas privadas, conforme o Mapa da Educação Superior (2018). De acordo com Zago (2006) uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema de ensino.

Para Costa e Boas (2015), as IES têm um papel importante para a permanência dos estudantes em termo materiais, infraestruturais e pedagógicos. A adesão do estudante ao ambiente acadêmico e as suas expectativas são fatores de permanência, “quanto maior o comprometimento do aluno com a instituição e com os seus próprios objetivos, e elevado for o nível de integração acadêmica e social desse aluno, menor a probabilidade de evasão” (TINTO, 1993, p.130 *apud* COSTA; BOAS, 2015, p. 56).

Coulon (2008; 2017) apresenta reflexões sobre aprender o ofício de estudante como uma condição de permanência na universidade. Para o autor, a passagem do ensino médio para o superior pressupõe algumas rupturas, tais como:

rupturas nas condições de existência, que geram, frequentemente, inquietações e condutas que levam ao fracasso; rupturas na vida afetiva, com a passagem a uma vida mais autônoma em relação à família; em particular, uma ruptura relativa às regras de apropriação do saber (COULON, 2017, p. 1242).

Essas mudanças perpassam três estágios desde a entrada do jovem na universidade: tempo de estranhamento, tempo de aprendizagem e tempo de aflição, é quando se aprende o ofício de estudante (COULON, 2008). Para ele, a entrada do estudante na educação superior é marcada por três tempos: o tempo de estranhamento, no qual o estudante se depara com um universo desconhecido, bem diferente da instituição escolar da qual fazia parte; depois, ele atravessa o tempo da aprendizagem, uma etapa marcada por adaptações e acomodações progressivas e, por fim, o tempo da afiliação, em que o estudante já compreende as normas e regras institucionais e adquire o *status* de membro: aprendeu o ofício de estudante universitário. Ou seja, passa da condição de aluno à condição de estudante. Desse modo, a condição do jovem do Vestibular Social foi analisada a partir dessas etapas tentando identificar suas estratégias de acesso e permanência no curso.

## CONDIÇÃO DE ESTUDANTE: JOVENS DO VESTIBULAR SOCIAL DA PUC GOIÁS

Além das políticas públicas mencionadas anteriormente, algumas instituições privadas possuem seus próprios programas de acesso a fim de ampliar as oportunidades educativas às camadas populares, mas também solucionar problemas de evasão.

Dentre as instituições do estado de Goiás, a Pontifícia Universidade de Goiás (PUC Goiás), em 2010, por conta de uma baixa procura por cursos de licenciatura, atestado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que a cada 100 jovens que ingressam em licenciaturas, somente 51 concluem, implanta o Programa Vestibular Social. A Sociedade Goiana de Cultura mantenedora da PUC Goiás aprova o programa Vestibular Social, baseado na Lei nº 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15/10/2013, no Decreto Nº 8.242, de 23/5/2014, nas respectivas regulamentações e nas diretrizes institucionais da PUC Goiás (PUC GOIÁS, 2017). Inicialmente, foi pensado para as licenciaturas, mas, atualmente, 26 dos 46 cursos de graduação oferecem vagas pelo Programa Vestibular Social e 32% dos estudantes matriculados têm a bolas do programa (Tabela 01).

Tabela 01: Número de matriculados no vestibular tradicional e social 2010 a 2018

Ano	Estudantes Matriculados na Instituição	Estudantes Matriculados no Vestibular Social	%
2010	21.942	826	4%
2011	22.551	1.941	9%
2012	23.700	3.042	13%
2013	24.792	4.216	17%
2014	25.695	5.333	21%
2015	24.757	6.083	25%
2016	25.122	6.499	26%
2017	23.593	6.589	28%
2018	21.054	6.779	32%

Fonte: Tabela elaborada a partir dados PUC Goiás em dados (2019).

Além deste, a PUC Goiás conta com os seguintes programas e projetos: Programa Vestibular Social (6.779 beneficiários), incentivo à cultura com descontos até 50% da mensalidade (17 beneficiários), Fundaplub (181 beneficiários) e PUC Pode (176 beneficiários). Dos programas ofertados pelo governo federal, há 2.041 estudantes que possuem o FIES, 2.295 pelo PROUNI e 3.543 pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), que é um programa do Governo do estado de Goiás (PUC GOIÁS, 2019).

Desde a sua criação, o número de matrículas e vagas na universidade teve um aumento significativo, no entanto, em 2018, houve um declínio no número de matrículas causado pela situação política e econômica que atinge o país. Atualmente, o desafio posto é a permanência material e simbólica do jovem, o que significa uma constante revisitação das ações e estratégias para a não evasão dos estudantes e que possam concluir com êxito. Por outro lado, também, é importante compreender o que os jovens do programa pensam acerca da sua condição de estudante do vestibular social e como criam estratégias para aprenderem o ofício de estudante para permanecerem no curso.

## SOBRE SER ESTUDANTE BOLSISTA DO VESTIBULAR SOCIAL: O TEMPO DE ESTRANHAMENTO

A entrada do jovem na universidade, segundo Coulon (2008, 2017) pode ser uma passagem conflituosa, visto que o *modus operandis* desta difere-se sobremaneira do ensino médio. Ademais, outros *habitus* escolares são necessários para transitar neste novo *locus*.

O caminho do ensino médio em direção ao ensino superior para os jovens estudantes não é a única dificuldade. O acesso também é evidenciado como difícil e carregado de anseios. Anderson sentiu impacto na adaptação ao *habitus* da universidade, “visão de mundo diferente, por estar acostumado com ensino médio, o conhecimento que nunca imaginei ter acesso”. Para Adriana e Elisa, o *habitus* de estudar no ensino médio em escola pública é diferente, “o colégio não exigia muito, aqui tive que estudar para tirar nota”. A adaptação para Carla foi a maior dificuldade no início do curso, bem como conseguir conciliar estudo e trabalho.

A instituição é muito grande, disse Janaina que se sentiu perdida e mal informada no que tange ao local das salas de aula. Paula já tinha vivência universitária, mas foi um impacto no primeiro dia de aula em que “o professor mandou estudar um texto difícil de interpretação”.

Percebe-se nas falas dos jovens que, em grande parte, não é suficiente ter o acesso ao ensino superior para que alcance sucesso escolar. Os programas e as políticas educacionais de inclusão promovem o acesso de estudantes de camadas populares, mas, por outro lado, configuram-se como programas que não garantem a permanência.

O que os jovens relatam sobre suas dificuldades refletem suas trajetórias, ainda que bem-sucedidas, pois concluíram a educação básica dentro da faixa etária ideal. O processo de constituição da *hexis* e do *ethos* escolar são frágeis do ponto de vista da exigência acadêmica que relatam. É o que Bourdieu e Passeron (2010) chama de *habitus* entendido como disposições duradouras que orientam nossas práticas e são modificadas a partir de novas sociabilidades. *Habitus* constitui-se em capitais incorporados, sobretudo, o capital cultural, sendo elemento da herança familiar e que mais tem impacto na definição do destino escolar, visto que favorece o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem de conteúdo, dos códigos veiculados e sancionados pela escola. Por conta dessas trajetórias marcadas pelo baixo capital cultural herdado e institucional, mas com alto nível de aspiração desses jovens em relação ao prolongamento da escolarização, o investimento escolar parental e as redes de sociabilidade durante o percurso escolar e social possibilitaram aos jovens a criação de estratégias que lhes permitiram ingressar na universidade.

Pode-se inferir também que os jovens têm percepção da sua condição de grupo e que buscam saídas para as adversidades que se apresentaram no percurso escolar, construindo estratégias de apropriação do campo e de inserção no mundo acadêmico.

Outra questão que apontaram na pesquisa foi em relação à condição de bolsista do Programa Vestibular Social. Quando este foi implantado na instituição, muitas críticas foram feitas em relação ao capital cultural dos estudantes por serem de camadas populares. Isso gerou constrangimentos em certos cursos com certos estudantes naquele momento. Quase dez anos desde a sua implantação, a situação atual difere-se visto que a maioria dos estudantes é do Vestibular Social, um quadro que revela a amplitude da inserção social de jovens de camadas populares na PUC Goiás, e que reverbera na percepção dos sujeitos contemplados, por este e outros programas e por políticas de inclusão no ensino superior, pela comunidade acadêmica.

A pesquisa com os jovens revela que a maioria não sofreu algum tipo de discriminação por serem bolsistas visto que, segundo eles, oitenta por cento dos alunos são bolsistas do programa. No entanto, revelaram que já presenciou colegas sendo discriminados, como relata Elisa, uma das jovens pesquisadas. Na ocasião, um professor disse que o vestibular social havia diminuído as expectativas do curso, devido à dificuldade de aprendizagem de alguns estudantes.

Dentre os oito jovens entrevistados, apenas uma afirma ter sofrido discriminação: os alunos da minha sala que pagam integral questionam o fato deles pagarem integral e eu ter a bolsa de cinquenta por cento e os professores falam que a universidade abre oportunidade para alunos que não têm condições de aprendizagem para estudarem em uma IES (Adriana).

Os jovens entrevistados quando questionados se consideravam o benefício da bolsa vestibular social um programa de inclusão para todos, eles disseram que a inclusão é parcial, pois não alcança todos os cursos oferecidos pela instituição, principalmente os considerados elitistas no caso do curso de Biomedicina, Engenharias, Medicina e Psicologia.

O que se percebe nas falas dos jovens é o que Coulon (2008, 2017) diz sobre a heterogeneidade dos novos públicos que chegam à universidade com níveis heterogêneos, de origens sociais extremamente distintas dos habituais. O autor observa que houve a democratização do acesso ao ensino superior, mas a democratização do saber, a desigualdade de acesso ao saber persistem e são inquietantes, sobretudo, nos primeiros anos do curso. Desse modo, ao falarem sobre a discriminação que ouvem ou sentem, ainda que em pequena proporção, reflete as relações de poder e de hierarquização dessas relações.

## PROCESSOS DE PERMANÊNCIA: ENFRENTAMENTOS, TEMPOS DA APRENDIZAGEM E AFILIAÇÃO

A compreensão do termo permanência, neste estudo, ultrapassa a dimensão da materialidade e perpassa, também, pelo reconhecimento dos sujeitos no espaço ocupado na instituição. Pauta-se tanto pelas condições de subsistência que satisfazem as necessidades materiais (materiais didáticos, operacionais e equipamentos), bem como pelas necessidades simbólicas de pertencimento, que incluem a participação em grupos de pesquisa e extensão, e as condições de inserção ou de sobrevivência no sistema de ensino. Para o grupo de jovens entrevistados, estar na universidade é um constante desafio e um novo campo a ser apropriado (SANTOS, 2008 *apud* CAVALCANTE, 2014).

Grande parte dos jovens da pesquisa tem conhecimento dos programas e sabe da importância para a formação acadêmica, mas o tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação dos programas internos e externos à universidade. Apenas Anderson declarou ter participado do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), da Iniciação Científica e do PET e atribuiu importância a essa formação, pois vê associação entre teoria e prática. As jovens Adriana, Beatriz, Carla, Débora, Elisa e Janaina sinalizam que não participaram dos programas por falta de tempo e os horários disponíveis coincidem com o trabalho. Para elas, isso foi um grande empecilho. Essa falta de participação nas atividades da universidade dificulta, segundo Coulon (2008) a afiliação do estudante à instituição pode ser um dos motivos de que mais favorecem a permanência dos estudantes na instituição pois nestes espaços aprende o ofício de estudante, como diz o autor.

Os enfrentamentos apontados pelos jovens como obstáculos à permanência foram: de ordem familiar, econômico, da estrutura curricular e pedagógica, dificuldade de aprendizagem,

Quantos aos desafios encontrados, o financeiro e problemas familiares foram apontados como uma das barreiras na trajetória escolar, visto que alguns trancaram o curso por um semestre e outros se sentiram desmotivados no percurso acadêmico.

## DIFICULDADES FAMILIARES, PEDAGÓGICAS E CURRICULARES: AGENTES DE APOIO NO PROCESSO

Anderson teve grandes dificuldades familiares. Devido a esse fato reprovou em duas disciplinas: “os meus problemas pessoais foram tão grandes que não conseguia nem vim

para aula”. Para Adriana, as dificuldades enfrentadas foram diversas desde a aprendizagem até familiar:

reprovei pelo meu problema familiar, não conseguia me concentrar da forma que deveria. Reprovei em três disciplinas com isso não consigo encaixá-las, devido ao horário, fiquei com janelas por serem disciplinas que são pré-requisito, sendo obrigada a estudar em alguns dias no período noturno, pois estou matriculada no matutino.

A argumentação de Beatriz é direcionada aos horários que são ofertadas algumas disciplinas:

creio que não só sou eu que acho, as aulas começam as 17h00 para quem trabalha conseguir chegar neste horário é muito complicado, além da distância do Campus, esse para mim foi um grande desafio, meu curso está atrasado por causa dessas disciplinas que são oferecidas nesse horário.

Carla aponta as dificuldades de aprendizagem do ensino médio, logo no primeiro semestre reprovou em uma disciplina. No caso de Débora, a forma de estudar foi uma grande dificuldade, veio do ensino médio sem muitas cobranças: “teve disciplina que fui humilhada pelo professor que não sabia ensinar, como questionei ele me destratou na frente dos colegas de turma”.

Elisa demonstra a sua insatisfação com as aulas práticas que o curso oferece: “as disciplinas são voltadas só para área de saúde, acho que também devemos ter um conhecimento sociológico. Tenho muitas dificuldades com a prática”.

Janaina desconhecia informações sobre o curso: “um grande desafio achei que seria a “Fatima Bernardes”, mas meu Deus foi muito difícil ver a realidade como funciona”.

A rede de apoio constituída pelos jovens fundamenta-se nas relações com a família, amigos e na própria instituição. Anderson, além da família, teve um grande apoio da coordenação e de professores da universidade.

Adriana, Carla, Débora, Elisa e Janaina tiveram apoio familiar, de professores, colegas e da coordenação do curso. Janaina diz: “lá em casa sempre converso com a minha mãe sobre os meus problemas é ela me apoia e dá força. No caso de Débora: “tive apoio dos professores mais próximo, coordenadores, colegas de sala e da instituição aonde me senti muito acolhida”. Assim como Débora, Beatriz teve apoio do coordenador do curso: “procurei e expus os meus problemas e ele se prontificou em me ajudar, acho ele bem acessível”.

A rede de apoio ao estudante jovem, segundo a pesquisa, consiste na participação efetiva de distintos agentes sociais, mas é a família que mais atua no processo de permanência dos jovens. Resende, Nogueira e Nogueira (2011) afirmam que há um “desejo crescente de participação dos pais na vida escolar dos filhos, desejo esse diretamente associado a transformações na estrutura e nas dinâmicas (demográficas, econômicas, de mentalidade) das famílias” (p. 995). Por isso o investimento material e, mais ainda, simbólico dos pais significa possibilitar mobilidade social aos filhos e às futuras gerações. Mas por outro lado, questões de ordem familiar também foram frequentes nas falas dos jovens como sendo um dos obstáculos para êxito e permanência. Essas contradições revelam concepções de família real dos jovens sendo elas tanto produtora de sucesso quanto de entraves.

No caso de Adriana, ela passou por enfrentamentos na aprendizagem e na falta de apoio de alguns docentes:

a didática de alguns professores é ‘aprendeu - aprendeu, não aprendeu o problema é seu’. Já cheguei em vários professores e disse que estava com dificuldade que não tinha entendido e eles me ignoraram. Alguns eu nem persistia, ficava com medo de levar uma ‘patada’. Teve um que falava que não conseguia aprender, ele ficava com ironia na sala de aula. Já outro que reprovei na disciplina dele, e quando fui refazer ele me disse que qualquer outro poderia refazer aquela disciplina mesmo, eu que não ia conseguir passar, iria reprovar novamente. Acabei pegando a disciplina a noite, sofri, mas passou.

A reprovação também é um problema. Anderson foi reprovado duas vezes em distintas disciplinas: “reprovei não pelo fato da dificuldade de cursar as disciplinas, mas sim pelo meu problema familiar. Para mim, minha família é mais importante que os estudos, como eles moram em Anápolis (50km da capital Goiânia) tenho que ficar indo direto para lá”.

Beatriz teve problemas com o horário da disciplina: “pensei em mudar de universidade o fato de ter que entrar as 17 horas para mim foi uma dificuldade grande demais, para o jovem trabalhador e muito difícil. A instituição deveria flexibilizar os horários”. Já no caso de Carla, a localização da universidade é difícil para ela que mora há 32 km de distância: “trabalho o dia inteiro e estudando. Só chego tarde em casa. Acabei reprovando em algumas disciplinas. Para mim, faculdade é coisa séria e sou eu que pago”.

Débora se difere dos demais colegas entrevistados, ela não teve dificuldades de permanecer: “sempre soube que era isso que queria, gosto muito de estar aqui”. No caso de Elisa, cursa um curso que não gosta: “durante três anos fiquei desanimada, depois resolvi me envolver pensei tantas vezes em abandonar mais minha mãe não deixaria”.

## DIFICULDADES FINANCEIRAS

Janaina teve grandes dificuldades financeiras: “adoro vim para universidade, mas pagar R\$ 300,00 de faculdade isso pesa muito nas despesas, sou eu que pago fico pensando que esse dinheiro poderia ajudar nas despesas da casa”. Conciliar trabalho e estudos para Paula foi uma grande dificuldade para permanecer na universidade: “para conseguir conciliar trabalho e estudo tive que abandonar um dos meus empregos resolvi priorizar os meus estudos. Mas hoje não me arrependo, pois ganhei um grande conhecimento participando dos programas ofertados pela instituição”.

Anderson pensou em desistir do curso por diversas vezes diante dos problemas familiares e financeiros que foram aparecendo no transcorrer do curso: “como já estava na metade do curso resolvi persistir e dar continuidade aos estudos”. No caso de Adriana teve vontade de desistir do curso e trocar de universidade:

nesta instituição os professores são muito antigos não inovam, teve momentos que pensei em mudar de universidade, pois em outras instituições de ensino superior encontramos professores renovados, preço mais acessível e a qualidade melhor que a daqui.

No caso de Carla, os problemas que perpassaram na sua vida fizeram com que ela trancasse o curso:

teve um momento na minha vida no ano de 2017, que estava com uma rotina agitada, foi juntando várias situações que me deu um grande estresse. Tranquei então tive nenhuma vontade de voltar, fiquei um semestre fora. Depois fiquei mais calma e conversei com a coordenadora do curso que me ajudou a fazer algumas disciplinas no período matutino, ela me explicou que por ser aluna do vestibular social não poderia mudar totalmente o turno do curso. Fazendo algumas disciplinas pela manhã me senti mais renovada para continuar.

Elisa sempre incomodada com o fato de estar cursando o curso que não pretendia, a insatisfação é muito grande: “todas as férias tinham vontade de desistir, pois estava fazendo o que minha mãe gosta, não eu”. Janaina, devido às dificuldades financeiras teve muita vontade de desistir: “o que me fez continuar foi minha mãe”. Débora e Paula, diferentemente dos demais colegas, nunca pensaram em abandonar o curso. Ambas declaram que adoram o curso e o fato de estarem cursando nível superior.

Diante das dificuldades postas, os jovens entrevistados buscaram apoio nos familiares e coordenadores dos cursos, além da persistência que foi de grande valia para que eles prosseguissem com os estudos. No caso de Anderson o fato de estar na metade do curso: “sinceramente quando percebi já estava na metade do curso, percebi que não valia a pena desistir percebi que não valia a pena abandonar o curso”.

Adriana e Beatriz persistiram, porque acreditam que com nível superior teriam mais oportunidades de trabalho. No caso de Carla: “após ter conversado com a coordenadora do curso ela me tranquilizou e mostrou que não valia a pena desistir, pois já estava na metade do curso”.

Percebe-se nas falas dos jovens momentos de reflexão sobre a possibilidade de evasão e desistência. As razões são diversas, que passam pela não identificação do curso, por questões familiares e financeiras, que são inerentes do processo, mas que precisam ser identificadas pela instituição a fim de potencializar a permanência dos jovens na instituição por meio acolhimento, de programas e de ações.

## TRABALHO E PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho para grande parte de jovens que ingressa no ensino superior é fator constituinte da juventude brasileira, pois necessita conciliar estudo e trabalho, o que os leva a fazer escolhas conflitantes. Uma problemática salientada pelos oito jovens entrevistados é que deles, quatro são estagiários e sentem desprotegidos para o mercado de trabalho com o término do curso.

Quando indagados se a instituição que estão estudando contribui ou incentiva para inserção no mercado de trabalho, Anderson relata que o corpo docente os orienta quais os locais de trabalho para sua área de formação.

Adriana não vê incentivo por parte da instituição e nem mesmo dos professores os orientam: “ficamos sem direção. Para quem já está trabalhando na área tudo bem, mas para pessoas que estão como eu, ninguém dá “bola”, cada um que se vire”.

Beatriz se sente totalmente orientada tanto pela instituição quanto pelos professores:

tem uma disciplina que fala justamente sobre as áreas de atuação do biólogo e os professores estão sempre nos orientando quanto ao mercado de trabalho, além do mais sou

muito observadora costumo extrair dos professores aquilo que pode me ajudar na minha carreira. Carla explana que alguns professores incentivam e dão uma visão de mercado, mas outros não se preocupam, só dão o conteúdo e acham que é o suficiente.

No caso de Débora, a instituição dá total apoio:

ela leva a gente para experiências externas (Tribunal de Justiça), os professores estão sempre divulgando os estágios e falam que temos que procurar ser os melhores. A universidade tem os júris simulados que é uma forma de nos preparar para o mercado de trabalho.

As dificuldades de empregabilidade são atribuídas à instituição. A jovem Elisa incomoda-se pela falta de incentivo: “não existe um programa de estágio fora da universidade nem divulgação, as pessoas que estão empregadas já têm, estão trabalhando sem ajuda da instituição”.

As oportunidades ofertadas na instituição são aproveitadas. Janaina tenta extrair o máximo de informações oferecidas: “no estágio supervisionado ele obriga o aluno a ter uma visão do mercado de trabalho, isso contribui muito e incentiva. Além dos professores que dão dica e incentivam”.

Paula vê incentivo até mesmo no conteúdo das disciplinas:

os professores sempre frisam sobre o os conteúdos que cai no concurso público, tem muitas coisas que não são só para concurso e também são essenciais, vamos utilizar isso para brigar no mercado de trabalho sem pisar em ninguém. A vaga no mercado de trabalho depende muito da sua qualificação. A instituição me deu uma visão mais humana para o mercado de trabalho, não precisamos pisar em ninguém.

Em suma, no momento em que a universidade brasileira ensaia os passos de uma profunda mudança, mais que nunca é necessário acompanhar as populações de jovens que nela ingressam, especialmente, aqueles de origem popular, para compreender o que impacta suas vidas num período que compreende sua transição para a etapa adulta da vida (SAMPALIO, 2011). A universidade deve desempenhar o papel de mostrar para o estudante que por mais oneroso e difícil que seja se manter na vida acadêmica, deve-se considerar outros fatores que façam o estudante perceber que ter um nível superior é sinal de um bom investimento intelectual e profissional.

Percebe-se nas falas dos jovens que, em grande parte, as dificuldades são relacionadas ao que Bourdieu (2001) chama de capital escolar, pois não tinham conhecimentos prévios suficientes para acompanhar o ritmo da turma ou, mesmo, dificuldades inerentes às disciplinas.

Além do papel da universidade na permanência dos estudantes, destacamos a importância do corpo docente. Costa e Dias (2015) salientam que quando se analisam as condições favoráveis de permanência e bom desempenho escolar, sobretudo daqueles que carregam maiores carências. Também é preciso atentar-se para o papel dos professores tanto para o aprendizado dos alunos como, também, na motivação para superar dificuldades, priorizar a formação e poder avançar com qualidade nos estudos. Apesar de sua importância, por diversas razões esses suportes e incentivos por parte dos professores nem sempre estão presentes.

Milner (2010, p. 36) chama a atenção para o fato de que muitos educadores tendem a não reconhecer certas habilidades que estudantes de grupos economicamente desfavorecidos possuem e a apenas focar em suas deficiências, o que “contribui para a criação de um círculo vicioso: educadores não ensinam com rigor e altas expectativas; estudantes não aprendem, estudantes vão mal nas avaliações e todos os envolvidos se perguntam o porquê”.

Nesse sentido, é importante considerar que os sujeitos da pesquisa enfrentam dificuldades para permanecerem na Universidade. Além da financeira, há as relacionadas à família, à aprendizagem, ao trabalho e aos estudos. Por se tratar de jovens trabalhadores, a maioria não participa dos programas ofertados pela instituição tais como os grupos de pesquisa e estudo, extensão, monitoria, entre outros. Nesse sentido, a permanência tanto material quanto simbólica é um desafio tanto para os estudantes que vivem essa condição quanto para a instituição que necessita criar mecanismos e programas que visem superar as dificuldades mencionadas por estes e estas jovens que veem na diplomação a rompimento de trajetórias improváveis como os dados estatísticos demonstram sobre a escolarização de jovens de camadas populares que são excluídos branda e lentamente do sistema de ensino neste país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização da educação superior, nas últimas quatro décadas, foi pautada por orientações neoliberais de ampliação das oportunidades educacionais “para todos”, que dissimula as diferenças culturais e sociais, bem como as desigualdades escolares e os processos de classificação cultural e de hierarquização das classes. Ao exercer o que Bourdieu (1989) nomeou um poder simbólico, o discurso referido visa, sobretudo, materializar o alargamento quantitativo formal tanto das oportunidades escolares quanto dos contingentes populacionais de acesso ao nível de formação universitária.

A educação superior, como espaço de inclusão social, propõe pensar a diferença como uma marca humana, presente nas relações sociais e, conseqüentemente, nas diversas modalidades de ensino e realidades socioculturais. De acordo com Mantoan (2003, p. 192): “as diferenças são produzidas e não devem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção é sustentada por relações de poder e merece ser compreendida, questionada e não apenas respeitada e tolerada”. O direito de todos à educação, independentemente de origens étnicas, sociais e religiosas, deve ser o princípio básico de qualquer debate sobre inclusão social na universidade.

Ao certo, o que podemos afirmar é que, mesmo por meio das políticas de inclusão, o sistema de educação superior não consegue democratizar as relações que se estabelecem entre acadêmicos, conhecimento e instituição. Consegue-se democratizar o acesso, no entanto, em seu interior continua a reprodução das desigualdades, sejam elas pelo silenciamento acadêmico, pelo rótulo de ser bolsista, pelas diferenças culturais e pelo próprio currículo escolar criado para atender à elite dominante brasileira.

Pudemos constatar que os jovens do vestibular social tiveram êxito escolar na educação básica uma vez que conseguiram finalizar seus estudos dentro da faixa etária correspondente, o que os possibilitou ter acesso à universidade dentro das expectativas de idade ideal previsto nas políticas públicas para a juventude.

A escolha da universidade, para a maioria dos jovens, se deu em razão da possibilidade de bolsa; em segundo lugar, pelo prestígio. O critério utilizado baseia-se no econômico

mais que simbólico. Esse critério de escolha reflete na permanência pois conciliar trabalho e estudos para jovens de camadas populares é um grande desafio. Outra questão levantada pelos jovens é a condição familiar em que alguns foram levados a trancarem o curso, atrasando a conclusão.

Mesmo com bolsa, a situação financeira, é um obstáculo para a permanência. Em alguns depoimentos, revela-se a dificuldade de aprendizagem e falta de apoio de alguns docentes.

Questão de estrutura curricular também é um ponto levantado na pesquisa. A participação em projetos de pesquisa, extensão e monitoria fica inviável para o estudante trabalhador, pois não têm disponibilidade fora do horário de aula para se dedicar.

Assim, diante do que foi aqui discutido, é necessário evidenciar a importância das políticas de inclusão, em nosso caso, as que se referem à educação superior, especificamente o Vestibular Social realizado na PUC Goiás. Essas se tornaram efetivamente espaço de inserção e de oportunidade para muitos jovens pertencentes às camadas dominadas populares, uma vez que a condição econômica é desfavorável. Apesar de todos os obstáculos e dificuldades, entendem que a educação é fator importante para seu futuro e melhores condições de vida.

## FACILITIES OF YOUNG PEOPLE IN THE SOCIAL VESTIBULAR OF THE PONTIFICAL CATHOLIC UNIVERSITY OF GOIÁS: ACCESS AND PERMANENCE STRATEGIES

*Abstract: this article is the result of a masters research in education. It aims to discuss the processes of permanence of young beneficiaries of the Social Vestibular Program of the Pontifical Catholic University of Goiás, which was implemented in 2010 to reduce the dropout of undergraduate courses and enable the inclusion of young people of popular classes in higher education. Based on Bourdieu's (2007) Praxiological Theory and Method, a bibliographical, documentary and field research was used as methodological procedure with the analysis of the life trajectory of 8 young people from the eight schools of PUC Goiás, through in-depth interviews. The objective was to understand how young people build strategies of access and permanence in the course and in the institution. As a result, the main difficulties of staying in the course were the financial, learning and work and study reconciliation.*

**Keywords:** *Higher Education. Young. Social entrance exam. PUC Goiás.*

Nota

1 O projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, aprovado com protocolo número 86708418.5.0000.0037 e parecer número 2.695.769.

### Referências

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Los herederos: los estudiantes y la cultura*. Buenos Aires Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Social space and symbolic power. *Sociology Theory*, Londres, v. 7, n.1, p. 1425, Spring, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação 2001-2010*. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação 2014-2024* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Notas Estatísticas: Censo Escolar 2018*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2019.
- CAVALCANTE, Cláudia Valente. *Educação Superior, políticas de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/717>.
- CAVALCANTE, Cláudia Valente; BALDINO, José Maria. *Jovens beneficiários das políticas de cotas no Brasil: Estratégias de acesso e permanência*. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP, 3 al 5 de diciembre de 2014, Ensenada, Argentina. En Memoria Académica, 2014.
- CAVALCANTE, Cláudia Valente. Políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira: uma análise dos planos nacionais de educação 2001-2010 e 2014-2024 - uma estratégia para a redução das desigualdades sociais e escolares? *Poiésis*, Tubarão, v. 9, n. 16, p. 333-350, jul./dez. 2015.
- COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador, BA: Edufba, 2008.
- COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.
- OCED. *Education at a glance*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/education-at-a-glance>. Acesso em: 21 out. 2019.
- COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. *Jornal De Políticas Educacionais*, v. 9, n. 17, 18, p. 51-60, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições*. São Paulo: Moderna, 2003.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Goiânia, PUC Goiás, 2017.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *PUC em dados (2010 a 2018)*. Goiânia, PUC Goiás, 2018.
- RESENDE, Tânia de Freitas; NOGUEIRA, Cláudio Marques; NOGUEIRA, Maria Alice. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das

desigualdades escolares. *Educ. Soc.* [online]., v. 32, n. 117, p. 953-970, 2011. ISSN 0101-7330.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'na. *O ensino superior no Brasil: o setor privado* – São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2011.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'na. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*.

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso: 16 maio 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2016.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 226-236, maio/ago. 2006.